



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 226/2025

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 005/2025

JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto da presente licitação a concessão de uso onerosa de bem público, para a exploração comercial de uma parte do espaço, "Praça de Eventos", localizado na sede do Município, durante a Festa de Todos os Santos, a ser realizada no dia 31 de outubro de 2025, com a finalidade específica de instalação, operação e gerenciamento de estrutura de camarote privado, incluindo montagem, desmontagem, segurança, atendimento ao público, serviços de bar, sanitários, posto de atendimento emergencial de saúde e demais estruturas e instalações temporárias necessárias à sua funcionalidade.
- 1.2. A execução do objeto deverá de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro de 2025. Prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 2.1. A execução do objeto da presente concessão de uso onerosa dar-se-á por conta e risco da licitante vencedora, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, cabendo-lhe realizar, sob sua exclusiva responsabilidade, a instalação, operação e gerenciamento da estrutura do camarote privado, no espaço público denominado Praça de Eventos, durante o evento denominado Festa de Todos os Santos, a ser realizado no dia 31 de outubro de 2025, observadas as seguintes condições:
 - 2.1.1. Promover a montagem, funcionamento e posterior desmontagem da estrutura temporária do camarote, incluindo: fechamento metálicos, grades de contenção, elevados, cobertura, sanitários químicos,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

iluminação, equipamentos de som, tendas, sinalização, segurança privada, equipes de gestão, produção, técnica de apoio e demais instalações voltadas ao uso pretendido.

- 2.1.2. Com direito a exclusividade de comercialização de alimentos e bebidas;
- 2.1.3. Garantir o adequado atendimento ao público, mediante a disponibilização de equipe de apoio, recepcionistas, seguranças privados, brigadistas e equipe de limpeza, em número compatível com a capacidade do camarote;
- 2.1.4. Implantar e manter em funcionamento, durante todo o período de operação do camarote, um posto de atendimento emergencial de saúde, dotado de insumos básicos e profissionais habilitados (como técnico de enfermagem ou socorrista), podendo ser exigida ambulância de suporte básico, conforme estimativa de público e orientação das autoridades sanitárias;
- 2.1.5. Assegurar a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com a implementação de medidas de adaptação física e funcional;
- 2.1.6. Operar, sob sua responsabilidade, os serviços de bar, alimentação, bebidas e correlatos, devendo possuir alvarás e licenças pertinentes expedidos pelos órgãos de vigilância sanitária e fazendários;
- 2.1.7. Manter condições sanitárias adequadas, inclusive com a instalação de sanitários químicos suficientes para o público estimado, em conformidade com normas de higiene e segurança;
- 2.1.8. Obedecer às normas e orientações expedidas pela Administração Pública Municipal e pelas autoridades de segurança pública, saúde, meio ambiente, Corpo de Bombeiros e demais órgãos fiscalizadores;
- 2.1.9. Assumir integral responsabilidade pela segurança estrutural e civil da instalação temporária, inclusive obtendo laudos de vistoria técnica quando exigidos;
- 2.1.10. Realizar a execução do objeto sem ônus financeiro ao Município, sendo de sua inteira responsabilidade os custos de implementação, manutenção, operação, desmontagem e limpeza do espaço ao final do evento.
- 2.1.11. O espaço público a ser concedido será destinado a exploração com venda/receita da bilheteria do camarote, captação de patrocínios, exploração comercial dos bares e restaurantes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

2.1.12. A população deverá ter livre acesso aos espaços públicos, sem pagamentos de quaisquer taxas, ingresso ou similar, para apreciar o evento, excetuando-se apenas a área privada destinada aos camarotes e congêneres

2.2. Da estrutura e do espaço

2.2.1. A estrutura a ser instalada pela Concessionária deverá ser implantada em área delimitada aproximadamente de 480m² (quatrocentos e oitenta metros quadrados), medindo aproximadamente 40 (quarenta) metros de comprimento por 12 (doze) metros de largura, situada dentro da Praça de Eventos, conforme croqui ou planta fornecida pela Administração Municipal.

2.2.2. Área total aproximada da estrutura: 480m²;

2.2.3. É obrigatória a cobertura de, no mínimo, 70% (setenta por cento) da área total do camarote, com estrutura resistente a chuvas, ventos e demais intempéries, devidamente fixada e com laudo técnico de segurança estrutural;

2.2.4. A cobertura deverá ser em material apropriado, como lona tensionada, estruturas metálicas ou similares, desde que atendam às normas da ABNT e do Corpo de Bombeiros.

2.2.5. Considerando a natureza dinâmica do evento e a possibilidade de crescimento da demanda de público ou necessidade de ajustes operacionais, fica facultada à Administração Pública Municipal, mediante interesse público devidamente justificado e conveniência administrativa, a autorização para acréscimo da área inicialmente concedida em até 20% (vinte por cento), ou seja, um adicional de até 96m² (noventa e seis metros quadrados), sobre os 480m² originalmente previstos.

2.2.6. A ampliação de área poderá ser:

- a) Solicitada pela Concessionária, desde que devidamente fundamentada e apresentada com antecedência da data prevista para início da montagem da estrutura; ou
- b) Proposta pela própria Administração Municipal, com vistas a garantir maior segurança, acessibilidade ou fluidez no uso do espaço público.

2.2.7. Em ambos os casos, a ampliação somente poderá ser efetivada mediante análise técnica da Administração e sua concordância expressa e formal, observadas as condições legais, o interesse público e a disponibilidade do espaço físico no local do evento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

2.2.8. A ampliação da área implicará, necessariamente, a obrigação da Concessionária de ajustar proporcionalmente a estrutura, equipe, segurança, instalações e demais serviços, garantindo a funcionalidade plena da área adicional e sem qualquer ônus ao Município.

2.2.9. A estrutura a ser instalada e operada pela Concessionária deverá, obrigatoriamente, atender aos seguintes requisitos mínimos, considerados indispensáveis para garantir a segurança, conforto, funcionalidade, estética e identidade institucional do evento:

2.2.9.1. Acesso e Controle de Entrada:

- a) Entrada principal com, no mínimo, 04 (quatro) baias independentes, com estrutura de controle de acesso (gradis, barreiras, detector de metais e revista);
- b) Bilheteria com mínimo 02 (duas) posições de atendimento/venda;
- c) Mínimo de duas saídas de emergência devidamente sinalizadas, localizadas em pontos distintos da entrada principal, conforme normas da ABNT e orientações do Corpo de Bombeiros.

2.2.9.2. Segurança e Atendimento Emergencial:

- a) Mínimo de 24 (vinte e quatro) agentes de segurança privada, uniformizados e distribuídos estrategicamente durante o funcionamento do camarote;
- b) Mínimo de 06 (seis) bombeiros civis habilitados, com certificação válida, devidamente identificados e presentes durante toda a operação;
- c) Instalação de extintores de incêndio dimensionados conforme a área, bem como placas de sinalização e identificação de todas as áreas internas e rotas de fuga.

2.2.9.3. Infraestrutura de Apoio:

- a) Posto de atendimento emergencial de saúde, com equipamentos de primeiros socorros, maca, acesso reservado e profissionais treinados (mínimo: 01 técnico de enfermagem por turno);
- b) Equipe mínima de 30 (trinta) colaboradores de apoio e limpeza, devendo atuar em turnos para garantir funcionamento contínuo;
- c) Responsabilidade integral da limpeza, coleta de resíduos e manutenção da higiene do espaço, inclusive nos arredores da área concedida, antes, durante e após o evento;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**

- d) Sistema de Wi-Fi gratuito e aberto ao público do camarote, com banda compatível com o número estimado de usuários simultâneos.

2.2.9.4. Iluminação e Decoração:

- a) Iluminação completa da área interna e externa, com refletores, iluminação de segurança e iluminação decorativa;
- b) A decoração deverá estar à altura do padrão e importância do evento, devendo apresentar ornamentação de qualidade, criativa, sofisticada e compatível com o conceito da Festa de Todos os Santos;
- c) A paleta de cores, identidade visual, temática e demais elementos gráficos utilizados na comunicação visual e decoração do camarote deverão seguir as diretrizes estabelecidas pela Administração Municipal, em alinhamento com a identidade institucional da festa.

2.3. Do período da concessão do espaço público:

- 2.3.1. A Festa de Todos os Santos de 2025 será realizada no dia 31 de outubro de 2025, ocorrendo em uma sexta-feira.

2.4. Da programação prevista:

- 2.4.1. A programação artística oficial ainda não se encontra completa, porém já existe algumas atrações confirmadas como: Raça Negra, Limão com Mel e Felipe Amorim.
- 2.4.2. Essa programação artística ainda terá alteração incluindo algumas atrações regionais e locais, podendo ser inserido outras atrações ainda se a Administração concordar que cabe, podendo ser atrações nacionais, regionais e/ou locais, cabendo única e exclusivamente a Administração decidir.
- 2.4.3. A administração poderá, em caso fortuito ou de força maior, suprimir, substituir ou realocar artistas na grade de atrações.
- 2.4.4. A empresa licitante declarada vencedora (CONCESSIONÁRIA) poderá, para o dia do evento, de iniciativa própria, incluir quantitativamente atrações na grade de artistas, sem ônus à administração pública, prejuízo e alteração à programação definida pela Administração (CONCEDENTE).

2.5. Do Prazo de Execução

- 2.5.1. A concessionária deverá iniciar os trabalhos de montagem com 48 (quarenta e oito) horas após a ordem de serviço, caso não seja enviada a ordem de serviço o início será automático no prazo mínimo de 05



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

(cinco) dias úteis antes da data do evento, e a sua desmontagem e desocupação do espaço deverá ser de forma imediata após o evento ser encerrado, ou seja, quando se concluir a última atração a concessionária já deve dar início a desmontagem e desocupação do espaço, observando-se a responsabilidade por danos causados ao patrimônio público ou ao meio ambiente.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente justificativa visa embasar a Concessão Onerosa de Uso de Bem Público, destinada à exploração comercial de parte da Praça de Eventos, localizada na sede do Município, durante a realização da tradicional Festa de Todos os Santos, agendada para o dia 31 de outubro de 2025. A área pública em questão será utilizada para a instalação, operação e gerenciamento de estrutura de camarote privado, com a finalidade de ampliar a oferta de serviços e garantir uma experiência diferenciada aos participantes do evento, sem prejuízo à gratuidade e ao acesso público geral.

2.2. Fundamentação Jurídica

2.2.1. Nos termos do artigo 2º, da Lei nº 14.133/2021, é possível à Administração Pública realizar concessão de uso onerosa de bens públicos mediante procedimento licitatório. O bem público continua sob domínio do Município, mas tem o seu uso temporário transferido para exploração com finalidade específica, desde que atendidos o interesse público, a legalidade e a moralidade administrativa.

2.2.2. Além disso, a concessão encontra amparo na Lei Orgânica Municipal, no Código de Posturas e nas normas municipais que regem o uso do solo e a realização de eventos, obedecendo ao princípio da eficiência, pois transfere à iniciativa privada os encargos operacionais e logísticos do camarote, sem gerar ônus financeiro ao Município.

2.3. Interesse Público

2.3.1. A concessão de uso se justifica pela necessidade de:

- a) Organização e controle das estruturas instaladas durante o evento;
- b) Segurança e comodidade dos frequentadores, com áreas estruturadas, sinalizadas e gerenciadas de forma profissional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- c) Melhoria da experiência turística e cultural, fomentando o desenvolvimento local;
- d) Geração de receita pública através da cobrança pela outorga onerosa, revertida em benefício da coletividade;
- e) Desoneração dos cofres públicos, com deslocamento da responsabilidade de montagem, desmontagem, limpeza, segurança, atendimento à saúde e manutenção para o concessionário.

2.4. Viabilidade Técnica e Operacional

2.5. A estrutura do camarote será instalada em área delimitada da Praça de Eventos, podendo ser ampliada em até 20% mediante prévia autorização expressa da Administração, conforme crescimento da demanda. A estrutura deverá ser composta por:

- a) Área de bilheteria;
- b) Acessos controlados com no mínimo 4 baias de entrada;
- c) Sanitários;
- d) Área coberta (mínimo de 70% da estrutura);
- e) Iluminação adequada;
- f) Ornamentação adequada;
- g) Serviços de bar e atendimento ao público;
- h) Posto de atendimento emergencial de saúde;
- i) Saídas de emergência, extintores, comunicação visual e internet livre (Wi-Fi);
- j) Equipe mínima de 24 seguranças, 6 bombeiros civis, e 30 profissionais de apoio e limpeza.

2.6. O Município também exigirá das licitantes:

- a) Responsabilidade pela obtenção dos alvarás de funcionamento, licenças sanitárias e autorização do Corpo de Bombeiros;
- b) Cumprimento das normas de acessibilidade;
- c) Apresentação de memorial descritivo da estrutura e layout interno;
- d) Responsabilidade por eventuais danos ao patrimônio público, com obrigação de restituição.

2.7. Conclusão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 2.7.1. Diante do exposto, a concessão de uso onerosa do espaço público mostra-se medida legal, técnica e economicamente viável, sendo a forma mais eficiente, transparente e vantajosa para a Administração realizar a organização e operação da área de camarote durante a Festa de Todos os Santos de 2025.
- 2.7.2. A presente contratação atende aos princípios da isonomia, legalidade, interesse público, economicidade, planejamento e eficiência, conforme determina a Lei nº 14.133/2021, assegurando que a execução do objeto ocorrerá sem prejuízo à organização do evento nem à população, e sim com a agregação de valor ao patrimônio público e ao fortalecimento da cultura local.
- 2.8. A contratação será realizada por meio de licitação pública, conforme os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021, garantindo a legalidade, transparência e economicidade na aplicação dos recursos públicos.
- 2.9. A justificativa para a licitação está amparada nos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, que norteiam a administração pública na realização de suas contratações.
- 2.10. A contratação fundamenta-se no artigo 6º e 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

3. DA INVERSÃO DE FASES

- 3.1. A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, permitida no artigo 17, §1º da Lei 14.133/2021, devendo a **FASE DE HABILITAÇÃO PRECEDER A FASE DE PROPOSTAS DE PREÇO E ETAPA DE LANCES**, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame.
- 3.2. Ao adotar a inversão de fases não há prejuízos quanto à igualdade de condições, à competitividade, uma vez que o termo de referência estabelece critérios objetivos de habilitação. Ou seja, a contratada não será onerada com preços acima do praticado no mercado, obtendo preços justos com maior garantia de viabilidade de execução.
- 3.3. Entre os benefícios da adoção da inversão de fases, a antecipação da habilitação contribui para um ambiente de maior transparência, permitindo que todas as empresas possam competir em condições



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

iguais desde o início. Essa transparência favorece também que todos os participantes estejam cientes dos critérios e requisitos necessários, evitando surpresas na fase de apresentação de propostas.

- 3.4. Outra vantagem é a seleção mais criteriosa desde o início, pois o processo seletivo concentra-se na escolha de empresas mais qualificadas. Aquelas que possuem comprovada capacidade técnica e operacional são incentivadas a participar, resultando em uma concorrência de maior qualidade, ou seja, afastando eventuais "aventureiros" que participam apenas da fase de lances.
- 3.5. A escolha de fornecedores qualificados desde o início também contribui para a continuidade e eficiência dos serviços, evitando interrupções indesejadas. Ao evitar a participação de empresas não qualificadas, contribui ainda para o atendimento às reais demandas e exigências da municipalidade, evitando subestimações que poderiam comprometer a qualidade do serviço.
- 3.6. A fase de habilitação antecederá, excepcionalmente, a fase de apresentação das propostas e lances, tendo em vista que trará como benefícios a verificação prévia da qualificação técnica, da experiência e da qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, em busca de atender aos parâmetros mínimos de qualidade definidos neste Termo de Referência, na tentativa de evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da capacidade de execução do objeto. Assim, a disputa ocorrerá após a análise de habilitação dos licitantes, sendo a maior oferta o critério decisivo na escolha da melhor proposta para a Administração.
- 3.7. Outro fator importante é que espera-se com a inversão de fases podermos avaliar tecnicamente com a devida cautela os critérios de capacidade de execução de serviços das licitantes, uma vez que são serviços específicos e que requerem qualificação e expertise por parte das empresas participantes.
- 3.8. A concorrência eletrônica se dará com INVERSÃO DE FASES nos termos previstos no § 1º do artigo 17 da Lei 14.133/2021, o qual possibilita a habilitação dos licitantes preceder a fase de envio de lances, onde se almeja a contratação de melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame. A possibilidade de se inverter as fases traz benefícios quanto a verificação prévia da qualificação técnica, antecedendo a demonstração da experiência e qualidade dos serviços prestados pelos licitantes, buscando assim o atendimento aos parâmetros mínimos de qualidade, bem como almejando a administração, evitar a mácula no preço com a realização da disputa de lances antes do julgamento da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

capacidade de execução do objeto. Desta forma, a disputa se dará posteriormente à análise da habilitação dos licitantes, sendo o menor preço o critério empregado para escolha da MELHOR PROPOSTA para a municipalidade. Invertendo as fases nos termos da legislação regente a municipalidade almeja avaliar o acervo técnico dentro das exigências elencadas e desta forma quantificar as empresas que puderem ofertar nos lances no certame.

3.9. Adotar o procedimento nos termos do §1º do artigo 17 da NLLC acarreta benefícios ao erário, considerando que a gestão municipal pode avaliar criteriosamente a habilitação das empresas licitantes, com observância na sua capacitação técnica, objetivando assim que sessão de lances tenha participação de empresas que de fato atendem às necessidades da administração dentro das normas vigentes e hábeis a cumprir todos os prazos do futuro contrato.

3.10. O licitante deverá anexar toda sua documentação de habilitação, exigida nesse edital de forma antecipada, mediante a inversão de fases, devendo está anexada até o início da sessão, sob pena de inabilitação. Após a fase de habilitação, os licitantes considerados habilitados iniciarão a disputa de lance com o critério de maior oferta. Em seguida o licitante que apresentar a maior oferta, deverá anexar sua proposta de preço adequada (realinhada), na plataforma do sistema informado no edital, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação. Caso o licitante arrematante não anexe sua proposta, o mesmo será considerado desclassificado e será convocado os licitantes remanescentes já habilitados na fase antecipada de habilitação. Para o licitante com o primeiro maior lance não será necessária sua convocação mediante mensagem ou sistema, pois o mesmo será convocado de forma automática, a convocação por mensagem ou sistema será para os licitantes remanescentes. Toda documentação deverá ser anexada no sistema, devendo cumprir todos os prazos do edital. Essa documentação deverá obedecer critérios do edital

4. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR OFERTA POR LOTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 4.2. Concorrência eletrônica se dará com INVERSÃO DE FASES nos termos previstos no § 1º do artigo 17 da Lei 14.133/2021, o qual possibilita a habilitação dos licitantes preceder a fase de envio de lances, onde se almeja a contratação de melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame.
- 4.3. Observando o Princípio da Legalidade, e sendo contatadas as condições contidas nos dispositivos legais.
- 4.4. A seleção do concessionário será realizada por meio de licitação na modalidade concorrência, sob o critério de maior oferta pela outorga da concessão de uso onerosa do bem público, em conformidade com o disposto da Lei Federal nº 14.133/2021, observando-se o interesse público e os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e julgamento objetivo.
- 4.5. A presente concessão não configura prestação de serviços à Administração Pública, mas sim o uso privativo de parte de bem público com finalidade econômica durante evento festivo tradicional promovido pelo Município, sendo regida pelas normas de direito público pertinentes e cláusulas contratuais específicas.
- 4.6. Nos termos do art. 17, caput e §1º da Lei nº 14.133/2021, será adotado o procedimento de inversão de fases, com a realização da fase de julgamento das propostas (disputa) antes da habilitação, conforme expressa previsão no edital, com motivação detalhada e justificada no Termo de Referência. Tal medida visa otimizar o procedimento licitatório, conferindo maior eficiência à atuação administrativa e maior celeridade na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 4.7. A disputa se dará em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, em fase única de lances sucessivos, com observância da fase recursal conforme o rito procedimental previsto na Lei nº 14.133/2021 e regulamentações pertinentes.
- 4.8. Somente será declarado vencedor o licitante que apresentar a maior proposta de outorga financeira e que, após a fase de habilitação, comprove estar em regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica, nos termos exigidos no edital.
- 4.9. A adjudicação será feita pela autoridade competente após o encerramento da fase recursal, seguida da homologação do certame.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 5.1. Realizar a prestação dos serviços necessários e exigidos, sem que haja problemas afim de buscar o melhor para o Município.
- 5.2. A solução contempla não apenas a cessão de espaço físico, mas também a delegação da responsabilidade integral pela estrutura física e operacional da área concedida, conforme descrito neste termo, no ETP e no edital.
- 5.3. A solução ora descrita visa garantir a qualidade, segurança e atratividade do evento, proporcionando ao público um espaço estruturado, funcional e em conformidade com as normas sanitárias, de segurança, urbanísticas e administrativas, de forma a preservar o interesse público, fomentar o turismo local, a geração de renda e o fortalecimento das tradições culturais do Município.

6. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

- 6.1. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014), quando o valor referencial do lote for inferior a R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais).
- 6.2. Não será realizada por Registro de Preço
- 6.3. Não será obrigatório a vistoria previa (visita técnica), podendo ser dispensada, mediante documento emitido pela empresa. Caso a empresa opte por não realizar o documento de dispensa da visita, a visita passa a ser obrigatória.
- 6.4. Não será admitida a participação de consórcio.
- 6.5. Será permitido a subcontratação total ou parcial, desde que devidamente informada a Administração, onde deverá ser concordado pela Administração.
- 6.6. Será exigida a garantia de contratação de que trata o artigo 96, da Lei 14.133/21. A garantia de contratação será de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme artigo 98, da Lei 14.133/21. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

6.7. A licitação será maior oferta por lote, sendo assim necessário o agrupamento dos itens em lote, conforme tabela acima. A licitação dividida em lote, é permitida desde que não descumpra o Princípio de Competitividade, o que não é o caso em questão. A divisão em lote, nesse caso, se trata de produtos e serviços da mesma natureza para uma única finalidade. A licitação em lote é melhor para o controle, gestão e fiscalização do contrato podendo ser dividido o objeto pretendido em tantos lotes quanto for possível, desde que, permaneça evidenciada a inexistência de qualquer espécie de prejuízos, seja de ordem financeira, seja relativo à eficiência administrativa, tendo em vista que também se encontra vinculada a tal Princípio Constitucional. O fracionamento do objeto licitado em vários lotes se dá por serem objetos distintos, sendo que permitirá a participação de um maior número de licitantes e que tal fato democratiza o acesso às contratações públicas, reduzindo as despesas administrativas, evitando a elaboração de um numero excessivamente de contratos.

7. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços). Conforme exigências de proposta de preço do Edital.
- 7.2. Não será exigido amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):
- 7.3. Não será exigida prova de conceito
- 7.4. Não será exigida a carta de solidariedade
- 7.5. Será exigida a garantia de proposta, a garantia da proposta será de 1% (um por cento) do valor do Edital.

8. DOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO

- 8.1. A concorrência eletrônica se dará com INVERSÃO DE FASES nos termos previstos no § 1º do artigo 17 da Lei 14.133/2021, o qual possibilita a habilitação dos licitantes preceder a fase de envio de lances, onde se almeja a contratação de melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame.
- 8.2. O julgamento dos documentos da habilitação se dará de forma antecipada, mediante a inversão de fase, sendo analisados primeiramente a documentação de habilitação. Caso os documentos da habilitação não



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

estejam de acordo com o Edital da referida Concorrência, ou se a empresa não cumprir o prazo estipulado neste item, à empresa será considerada inabilitada e não terá acesso a disputa de lance. O licitante deverá anexar sua documentação de habilitação, na plataforma do sistema informado no edital, até o horário de início da sessão, sob pena de inabilitação. Toda documentação deverá ser anexada no sistema, devendo cumprir todos os prazos do edital.

8.3. O licitante deverá anexar sua proposta de preço adequada (realinhada), na plataforma do sistema informado no edital, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação. Toda documentação deverá ser anexada no sistema, devendo cumprir todos os prazos do edital. Com os valores oferecidos após a etapa de lances, em 01 (uma) via, rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, endereço completo, número de telefone, e-mail, dados do representante legal que assinará o contrato, no prazo ditado neste Edital.

8.4. Os documentos referentes à habilitação estarão pormenorizados em tópico específico no Edital.

8.5. Os documentos exigidos para habilitação deverão seguir:

- a) Serão aceitas apenas cópias legíveis;
- b) Não serão aceitos documentos cujas datas estejam esmaecidas, ilegíveis ou rasuradas, caso assim esteja não será considerado tal documento, acarretando na inabilitação.
- c) Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 30 (trinta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.
- d) Depois de protocolados e entregues os documentos, não será aceito entrega de documentos posteriores.

8.6. O Agente de Contratação poderá desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato superveniente ou circunstância desabonadora da empresa ou de seus sócios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 8.7. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão, no entanto, apresentar os documentos elencados no item e subitens deste Edital, mesmo que contenham alguma restrição, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006;
- 8.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste Edital, será(ão) assegurado(s), à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006;
- 8.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas na Lei, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar(em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação, consoante estabelecido no art. 43, §2º da Lei Complementar nº 123/2006.

9. EXECUÇÃO DO OBJETO

- 9.1. O contratado deverá estar disponível para os serviços à Administração, após a assinatura do contrato.
- 9.2. Após assinatura no contrato, a contratada deverá efetuar o pagamento, referente à outorga da concessão, em uma única parcela, a se vencer no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura no contrato, na conta bancária indicada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, conforme valor proposto em documento expedido pela própria secretaria, a contar da data de assinatura do instrumento contratual.
- 9.3. O início da execução do objeto será em até 02 dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço (OS). A execução será de acordo com o cronograma informado na ordem de serviço.
- 9.4. Os horários dos serviços serão de acordo com a agenda do CONTRATADO, ficando a critério do mesmo elaborar o seu calendário de horário, devendo observar ao prazo de entrega da obra, descrito no cronograma.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

9.5. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades, para atender todas as condições da execução do objeto licitado, promovendo sua substituição quando necessário.

9.6. A garantia do serviço (art. 40 §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/21), será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

10. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.3. A formalização da contratação ocorrerá por meio de termo de contrato.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A empresa adjudicatária, que convocada, no prazo de validade de sua proposta, a assinar o termo de contrato, vir a desistir de assinar o mesmo, ser-lhe-ão atribuídas às penalidades prevista em Lei e neste Edital, respeitado o direito de recurso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 10.7. O Contratado deverá manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, respeitadas todas as condições de habilitação e qualificação aqui exigidas.
- 10.8. Havendo interesse público e no caso de realização de serviços não previstos no Projeto inicial, a fatura contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões, de qualquer ordem, que se fizerem necessários até os limites fixados na Lei nº 14.133/21.
- 10.9. O Contrato poderá ser prorrogado na ocorrência de hipóteses previstas no Capítulo VII, da alteração dos contratos e dos preços, na Lei nº 14.133/2021, bem como previstas no artigo 133 da mesma Lei.
- 10.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, com a devida atualização, com base no art. 125, da Lei 14.133/2021.
- 10.11. **FISCALIZAÇÃO**
- 10.11.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos
- 10.11.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 10.11.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 10.11.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 10.11.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

10.11.6.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.11.7.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

10.11.8.O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.11.9.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

10.12. GESTOR DO CONTRATO

10.12.1.O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.12.2.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.12.3.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.12.4.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

10.12.5.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.12.6.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.12.7.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. DAS OBRIGAÇÕES

11.1. DA CONTRATADA – OBRIGA-SE A EMPRESA VENCEDORA:

11.1.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

11.1.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período

11.1.3. Executar os serviços conforme especificações e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas nos anexos do Edital e em sua proposta;

11.1.4. A prestação de serviços, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

11.1.5. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência da prestação de serviços;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 11.1.6. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- 11.1.7. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da prestação de serviços;
- 11.1.8. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- 11.1.9. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- 11.1.10. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- 11.1.11. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- 11.1.12. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- 11.1.13. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 11.1.14. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.1.15. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 11.1.16. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;
- 11.1.17. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 11.1.18. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 11.1.19. Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 11.1.20. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nos anexos do Edital;
- 11.1.21. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 11.1.22. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 11.1.23. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.1.26. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 11.1.27. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 11.1.28. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 11.1.29. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.1.30. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.1.31. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.1.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 11.1.33. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.1.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram os anexos do Edital, no prazo determinado.
- 11.1.35. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.1.36. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.1.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 11.1.38. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

- 11.1.39. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.
- 11.1.40. Serão de exclusiva responsabilidade da contratada eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta.

11.2. DA CONTRATANTE – OBRIGA-SE A ADMINISTRAÇÃO/CONTRATANTE

- 11.2.1. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 11.2.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 11.2.3. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- 11.2.4. Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- 11.2.5. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- 11.2.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- 11.2.7. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.2.8. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- 11.2.9. Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- 11.2.10. Demais condições constantes do edital de licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 11.2.11. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 11.2.12. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008;
- 11.2.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

12. DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

12.1. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1.1. As receitas necessárias para o cumprimento dos encargos da Concessão e para remunerar a CONCESSIONÁRIA (CONTRATADA) advirão da exploração (da atividade comercial no ramo de alimentos e/ou bebidas e veiculação/comercialização de publicidade, venda de ingressos de áreas reservadas/camarotes) na área do espaço concedido, conforme planta apresentada pela CONCEDENTE (CONTRATANTE).
- 12.2. A exploração de atividade comercial remunerará todas as despesas com a execução do fornecimento de toda a estrutura e serviços necessários aos eventos, conforme projeto e anexos apresentados, e devem incluir o fornecimento de toda a estrutura necessária aos eventos, compreendendo todos os custos com: materiais, mão de obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas.
- 12.3. A CONCESSIONÁRIA (CONTRATADA) deverá efetuar o pagamento, referente à outorga da concessão, em uma única parcela, a se vencer no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a assinatura no contrato, na conta bancária indicada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, conforme valor proposto em documento expedido pela própria secretaria, a contar da data de assinatura do instrumento contratual.
- 12.4. Os preços contratados (parcela fixa) são fixos pelo período de um ano, exceto para os casos previstos na Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações posteriores, utilizado o IPCA, no caso de reajustes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 12.5. Dentro do prazo de vigência da contratação, os preços contratados poderão sofrer reajuste, após o interregno mínimo de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, caso se aplique.
- 12.7. Durante a vigência do contrato, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no artigo 124, da Lei 14.133/2021
- 12.8. Ocorrendo à variação de preços, na hipótese acima citada, o beneficiário do contrato poderá solicitar a atualização dos preços, através de pedido formal endereçado ao Município de Monte Santo, instruído com documentos que comprovem a procedência do pedido.
- 12.9. Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista no artigo 124, da Lei 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.
- 12.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo CONTRATANTE, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

$$I = \frac{(TX/101)}{365}, \text{ assim apurado: } I = \frac{(6/101)}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 12.11. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192/2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) acumulado dos últimos 12 meses.
- 12.12. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.
- 12.13. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133/21.
- 12.14. Os Com fulcro artigo 136, da Lei 14.133/2021, os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
- I. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
 - II. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
 - III. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
 - IV. Empenho de dotações orçamentárias.
- 12.15. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.
- 12.16. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
- 12.17. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.
- 12.18. No que tange aos pedidos de repactuação, revisão de contrato e reequilíbrio econômico-financeiro, serão observados o disposto na Lei 14.133/21

13. DO REAJUSTE

- 13.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, de acordo com o INCC (Índice Nacional de Custo da Construção Civil) acumulado dos últimos 12 meses.
- 13.2. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 13.3. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o artigo 136 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 13.4. Os Com fulcro artigo 136, da Lei 14.133/2021, os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
- V. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
 - VI. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
 - VII. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;
 - VIII. Empenho de dotações orçamentárias.
- 13.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.
- 13.6. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
- 13.7. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.
- 13.8. No que tange aos pedidos de repactuação, revisão de contrato e reequilíbrio econômico-financeiro, serão observados o disposto na Lei 14.133/21

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Será admitida a subcontratação do objeto licitatório, parcial em total, desde que aceito pela a Administração.
- 14.2. A critério exclusivo da contratante, o contrato poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar total ou parte da obra ou serviço, desde que não alterem substancialmente as cláusulas pactuadas. Fica a empresa contratada sujeita as penalidades previstas no edital em casos de subcontratação sem autorização da contratada.
- 14.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

14.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. DA SUSTENTABILIDADE

15.1. Aplica-se o artigo 5º, da Lei 14.133/21, que descreve o seguinte: “Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Observar os artigos 155 ao 163 da Lei nº 14.133/21

16.2. Comete infração administrativa nos termos da Lei 14.133, de 2021, conforme Art. 155 a Contratada que:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013.
- 16.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- I. Advertência;
 - II. Multa;
 - III. Impedimento de licitar e contratar;
 - IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 16.3.1. Na aplicação das sanções serão considerados:
- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II. As peculiaridades do caso concreto;
 - III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.4. A multa poderá ser aplicada em conjunto com todas as demais sanções.
- 16.5. A sanção prevista no inciso I, do item 15.2, deste termo, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I, do item 15.2, deste termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 16.6. A sanção prevista no inciso II, do item 15.2, deste termo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

16.7. A sanção prevista no inciso III, do item 15.2, deste termo, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 desta Lei. Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2, deste termo, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do caput do artigo 155 da Lei 14.133/21. Bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei 14.133/21, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.9. Aplicação de advertência acrescida de multa:

Descumprimento	Aplicação
Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a Lei quando não se justifica aplicação de sanção mais grave	Multa de 0,5% do valor do contrato + advertência
Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave	Multa de 1% do valor do contrato + advertência
Atraso na entrega de até 30 dias	Multa de mora diária de até 0,5%, calculada sobre o valor global do contrato + Advertência

16.10. Aplicação de impedimento de licitar e contratar, acrescida de multa:

Descumprimento	Aplicação
Dar causa à inexecução parcial do contrato, que	Multa de 5% do valor do contrato + impedimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

cause grave dano à Administração.	de licitar
Inexecução total do contrato.	Multa de 20% do valor do contrato + impedimento de licitar
Deixar de entregar documentação exigida para o certame	Multa de 2% do valor do contrato + impedimento de licitar
Não manter proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa de 5% do valor do contrato + impedimento de licitar
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa de 5% do valor do contrato + impedimento de licitar

16.11. Aplicação de declaração de inidoneidade, acrescida de multa:

Descumprimento	Aplicação
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Multa de 10% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Multa de 30% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Multa de 20% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Multa de 50% do valor do contrato + declaração de inidoneidade
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013	Multa de 30% do valor do contrato + declaração de inidoneidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

- 16.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar deverá observar o disposto na Lei 14.133/21
- 16.13. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa, civil e criminal de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846/2013.
- 16.14. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e junto ao Cadastro de Restrições do Direito de Licitar e Contratar com a Administração Pública do Estado da Bahia.
- 16.15. As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública Municipal.

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 17.1. As hipóteses de extinção do contrato, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos do Capítulo VIII, das hipóteses de extinção dos contratos, elencados do artigo 137 ao 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

18. DO JULGAMENTO DA INEXEQUIBILIDADE

- 18.1. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.
- 18.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. Ou seja, lances abaixo do percentual de 75% já é identificado pela própria lei como inexequível.

19. DO RECURSO E DA IMPUGNAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

19.1. As impugnações, pedidos de esclarecimentos e recursos, estão pormenorizados no Título IV, Capítulo II, da Lei Federal 14.133/2021.

19.2. **Impugnação:**

19.2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A impugnação deverá ter a sua legitimidade para ter a sua validade.

19.2.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será no prazo de até 3 (três) dias úteis.

19.3. **Recursos:**

19.3.1. No prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata

19.3.2. O Pedido de reconsideração, deverá ser no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

19.3.3. Deve-se atentar a legitimidade do recurso, para que o mesmo tenha a sua validade.

19.3.4. A intenção de recorrer deverá ser manifestada após a decisão do julgamento da proposta e/ou ato de habilitação ou inabilitação de licitante, sob pena de preclusão. Quando a modalidade for eletrônica, o agente de contratação designará no sistema, usado pela Administração, o prazo para manifestação, o prazo não poderá ser inferior a 30 (trinta) minutos, porém esse prazo será de acordo com cada caso e necessidade.

19.3.5. O prazo de resposta do recurso será de 03 (três) dias úteis. Entretanto será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.3.6. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO
ESTADO DA BAHIA
CNPJ: 13.698.766/0001-33
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD), mediante a seguinte dotação:

Secretaria: 03.07.00 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 03.07.50 – Fundo Municipal de Educação e Cultura

Ação: 1.013 -

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

Fonte dos Recursos: 15.00.1001 / 15.40.00 / 15.41.00 / 15.42.00 / 15.43.00 / 15.44.00 / 15.50.00 / 15.71.00

Monte Santo – Bahia, 02 de setembro de 2025.

Vitória Souza Andrade

Secretária Municipal de Administração